

Brasil diz que suspende moratória

Recado pressupõe acordo com bancos antes de aval do FMI

Nova Iorque — O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, afirmou ontem nesta cidade, depois de se reunir com os representantes dos 14 bancos credores norte-americanos, que o Brasil quer suspender a moratória dos serviços da dívida externa declarada em fevereiro último, e que os bancos devem aceitar negociar antes que o País chegue a um acordo stand-by (provisório) com o Fundo Monetário Internacional. Em Washington, o ministro Bresser Pereira disse que espera um acordo somente dentro de dois ou três meses.

A abertura do diálogo pelo Brasil com os credores foi bem recebida ontem nos meios bancários, que expressaram satisfação pela iniciativa do Brasil, embora o vice-presidente da Chemical New York Corporation, Terence Canavan, concordasse, por exemplo, que se trata apenas de "restabelecer" o diálogo e não negociar.

O presidente do Banco Central e o ministro da Fazenda, Bresser Pereira — que também anunciou a intenção de suspender a moratória — iniciaram ontem os contatos com os bancos privados, o governo dos Estados Unidos e organismos multilaterais de crédito para suspender a moratória e normalizar as relações financeiras do País. Fernando Milliet, que está em Nova Iorque, disse também que apresentou aos banqueiros o Plano de Controle Macroeconômico elaborado pelo Governo, que prevê um corte drástico no orçamento da União de 6,71 bilhões de dólares, visando reduzir o déficit público de 6,2 para 3,5 por cento do Produto Interno Bruto.

No entanto, os bancos privados voltarão a exigir que o Brasil chegue a um acordo de crédito ou supervisão com o FMI como condição para negociar empréstimos, e da mesma forma deverá proceder Washington, que vê favoravelmente o programa econômico apresentado pelo Brasil, segundo fontes financeiras.

ADVERTÊNCIA

Enquanto Fernando Milliet conversava com os representantes dos bancos privados, em Washington o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, fazia o mesmo com parlamentares e dirigentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. O ministro manterá hoje novos contatos na capital norte-americana e amanhã se reunirá com os

presidentes dos principais bancos num hotel de Nova Iorque.

Bresser Pereira afirmou que sua visita tem por objetivo apresentar o plano macroeconômico e as necessidades financeiras do Brasil aos bancos privados, ao governo dos Estados Unidos e aos organismos multilaterais de crédito. Ele advertiu, porém, que não está em processo de negociação e negou a possibilidade de chegar a um acordo com o FMI antes de negociar com os bancos comerciais.

"Não pretendemos chegar a um acordo de crédito de emergência com o Fundo antes de concluirmos um acordo com os bancos comerciais, afirmou. São coisas separadas.

Disse, no entanto, que estaria disposto de chegar a uma forma de entendimento com o FMI após a conclusão de um acordo com os bancos privados.

O porta-voz do ministro, Francisco Baker, comentou ser possível que se busque um tipo de entendimento flexível, no qual um acordo com o FMI não se vincule com o que for alcançado com os bancos. Acrescentou que o Governo

Hoje o ministro da Fazenda reúne-se com o diretor do FMI, o secretário de Tesouro, James Baker, e com o presidente do Banco Central dos EUA, Paul Volcker.

brasileiro não quer um acordo pelo qual, caso haja uma suspensão de desembolsos por parte do FMI, devido a algum problema que se apresente, ocorra automaticamente uma suspensão dos créditos dos bancos. Segundo ele, isto é inaceitável.

Disse Baker esperar-se que o FMI prepare em breve um relatório favorável sobre a economia do Brasil, pois o País necessita desse parecer para refinar seus compromissos com os credores oficiais, agrupados no Clube de Paris.

BID

O Brasil deseja a redução das sobretaxas sobre sua dívida externa ao limite máximo de 0,8125 por cento sobre a taxa interbancária de Londres (LIBOR).

Definindo a posição brasileira, Bresser Pereira disse em Washington que

se os bancos nos emprestam 100, pagaremos de 50 a 60.

O assessor do ministro da Fazenda, por sua vez, declarou que discute-se com os bancos a data de apresentação de uma proposta formal, dentro de 30 a 60 dias. "Mas provavelmente serão os bancos que fixarão a data".

Bresser Pereira reuniu-se à tarde com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antônio Ortiz Mena, e no Congresso com os senadores democratas Bill Bradley e Christopher Dodd, separadamente, e com membros da Subcomissão do Hemisfério Ocidental da Câmara, também para expor seu programa econômico.

No encontro com Ortiz Mena, Bresser Pereira abordou o grave problema do fluxo negativo de fundos que sofre o Brasil em suas relações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Manifestou também a oposição de seu governo ao desejo dos Estados Unidos de obter um poder virtual e veto no BID.

O Brasil devolverá em 1987 ao Banco Interamericano de Desenvolvimento 100 milhões de dólares a mais do que receberá em desembolsos de empréstimos aprovados, disseram fontes financeiras.

Em 1988, o Brasil sofrerá outro fluxo negativo de 100 milhões de dólares, situação que agrava os problemas de seu financiamento externo, acrescentaram as fontes.

O BID não pode expandir seu programa de empréstimos, e provavelmente terá de reduzi-lo, porque os Estados Unidos se opuseram terminantemente a novas reposições de recursos a menos que os países latino-americanos aceitem um virtual poder de veto de Washington na direção do organismo multilateral.

Por terem chegado os empréstimos ao Brasil a seu limite, situação que pode repetir-se com outros países latino-americanos, as devoluções de créditos concedidos no passado excedem os novos desembolsos, criando um fluxo negativo que não pode ser revertido a menos que o BID aumente drasticamente seus empréstimos novos.

Os Estados Unidos têm usado a falta de fundos do banco, e a ameaça de que alguns dos principais países da América Latina venham a ter fluxos negativos nos próximos anos, como instrumento de pressão para modificar o sistema de decisão do BID.



Bresser reuniu-se, em Washington, com Ortiz Mena, presidente do BID